



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCOUTIM

### ATA N.º 5/2014

*Da sessão pública ordinária da Assembleia Municipal de Alcútem*

*Realizada em 05 de dezembro de 2014*

----- Aos cinco dias do mês de dezembro do ano dois mil e catorze, no Edifício dos Paços do Concelho, pelas dezassete horas e trinta minutos, iniciou-se a quinta reunião ordinária da Assembleia Municipal de 2014, presidida por Dr. António da Costa Amorim. -----

----- De seguida procedeu-se à chamada, verificando-se a totalidade dos membros. -----

----- O senhor presidente da mesa colocou à discussão: -----

----- Ata da reunião número 4/2014, realizada no dia 26 de setembro, cujo texto foi previamente distribuído aos senhores vogais. -----

----- Posta a ata à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a referida Ata. -----

----- O senhor Presidente da Mesa deu a conhecer a correspondência recebida e enviada a todos os senhores vogais, informando que a mesma se encontra disponível para ser consultada pelos membros da Assembleia Municipal, caso o entendam fazer. -----

----- No período de antes da ordem do dia, o senhor presidente da mesa concedeu um período para apreciação e discussão de assuntos de interesse local. Assim, foi dada a palavra ao senhor vogal Eng.º Aurélio Teixeira, da Bancada do PS, para referir que teve conhecimento de um estudo acerca do Índice de Transparência

Municipal 2014, elaborado pela Associação Cívica - Transparência e Integridade, que coloca o Município de Alcoutim numa posição mais favorável, relativamente ao ano anterior, dado que dos 308 Municípios analisados, Alcoutim passou do lugar 229 para o 205. Contudo, alertou para o facto de existirem alguns itens que deverão ser melhorados, dado terem apresentado uma classificação muito baixa, nomeadamente a informação sobre a organização, composição social e funcionamento do Município, contratação pública, entre outros. Uma vez que este estudo avalia a informação fornecida aos munícipes, através da análise das respetivas páginas na internet, reforçou a ideia que o sítio do Município de Alcoutim deverá ser complementado com nova informação, apesar de ter sofrido recentemente uma melhoria significativa, de modo a que em próximos estudos o Município reforce a sua posição no “ranking”. Abordou igualmente outro assunto, referindo-se à instalação da fibra ótica, destacando que se trata de um importante investimento para o interior do país e também para o concelho de Alcoutim. Contudo, alertou para o facto da obra se encontrar parada nalguns locais e não contemplar o parque industrial, pelo que deverão ser verificados quais os problemas inerentes à instalação da fibra e tentar com que o projeto abranja o parque industrial, dado que qualquer empresa na atualidade necessita desse tipo de infraestruturas. -----

----- De seguida, o senhor vogal Eng.º Luís Carneira, da Bancada do PSD, usou da palavra e referindo-se à obra de repavimentação da estrada entre Casa Nova do Pereirão e a ribeira do Vascão (limite do concelho de Almodôvar), considerou-a como uma mais-valia e uma necessidade premente, contudo alertou para o facto da ponte da ribeira da Foupana, junto à localidade de Mestras, se encontrar num elevado estado de degradação, colocando em risco a passagem de veículos. Com o inverno e o aumento de caudal na ribeira, a degradação será acelerada, pelo que o executivo municipal deveria ter definido a reabilitação da ponte como uma prioridade e só depois a reparação da estrada, que, dado ser contígua à que dá acesso à ponte das Mestras, irá provocar um aumento de tráfego e um constante perigo na ponte. Reforçou a ideia de que esta intervenção é mesmo

7

uma urgência. De seguida questionou o executivo municipal sobre o encerramento da bomba de gasolina do Cruzamento de Alcoutim, dado não existir qualquer alternativa na zona, nomeadamente sobre qual a situação que originou o encerramento e quando poderá reabrir, ou qual será o futuro da estrutura? Terminou a intervenção referindo-se às obras de reparação da extensão de saúde de Martim Longo, que levaram ao encerramento temporário das instalações e à obrigação dos utentes se deslocarem a Alcoutim para obterem uma consulta. Interrogou se não existiria um espaço alternativo em Martim Longo, que pudesse funcionar como instalações provisórias, não prejudicando assim os utentes e a sua deslocação a Alcoutim, percorrendo várias dezenas de quilómetros. -----

----- O senhor Presidente da Câmara, Osvaldo Gonçalves, usou da palavra para mostrar igualmente o seu contentamento pela *“subida no ranking”* da Câmara Municipal de Alcoutim. No entanto, considera que existem pontos a melhorar e que, neste momento, já foram adotadas novas medidas de implementação e consolidação de programas afetos à manutenção administrativa, nomeadamente no portal do município, *“e que com estas valorizações vamos seguramente melhorar este ranking”*. De seguida solicitou a intervenção/colaboração do senhor Vereador Paulo Paulino, a fim de prestar esclarecimentos adicionais, no que concerne à fibra ótica. -----

----- O senhor Vereador Paulo Paulino interveio para mencionar que, relativamente à fibra ótica, a Edilidade estabeleceu contato com a empresa DsTelecom, sendo informada que o atraso na implementação da mesma se deve ao facto de estarem a aguardar resposta por parte da PT, uma vez que a partir de *“um determinado ponto do troço, a fibra ótica e as linhas / postes da referida empresa se encaixavam / cruzavam”*. Em relação ao ramal da zona industrial, adiantou que a DsTelecom se encontra, de momento, a verificar/analisar o montante previsto a gastar na aquisição de um transformador, de modo a *“conseguir colocar o sinal em baixa, para se poder, então, servir o Parque Industrial”*. -----

----- O senhor Presidente da Câmara, Osvaldo Gonçalves, usou da palavra para solicitar novamente ao senhor Vereador Paulo Paulino esclarecimentos /

explicações, no que concerne à ponte das Mestras. Adiantou ainda que a referida obra ainda não avançou, dado “ *que se aguarda a finalização do projeto em questão* ”. -----

----- O senhor Vereador, Paulo Paulino, interveio para informar que o projeto se encontra encomendado. Referiu que existiu um atraso na sua elaboração devido ao estudo que teve que ser realizado com a finalidade “ *de saber o que seria mais apropriado, mais eficaz e economicamente mais vantajoso* ”, nomeadamente a demolição total da ponte ou a recuperação da infraestrutura existente, tendo-se, após o estudo, optado pela “ *demolição total* ”. -----

----- O senhor Presidente da Câmara, Osvaldo Gonçalves, interveio para frisar que “ *o executivo está naturalmente preocupado com a situação* ”, todavia, o cumprimento dos procedimentos legais obriga a Edilidade a ter um “ *pouco de paciência* ”, sendo que a referida obra já se encontra sinalizada no sentido de ser executada / melhorada. Adiantou ainda que “ *é bom* ” que o vogal senhor Eng.º Luís Cardeira partilhe da opinião do executivo, no que concerne à obra do Caminho Municipal da Casa Nova do Pereirão / limite do concelho, dado, que “ *era uma obra que já necessitava de uma profunda reparação* ”. Relativamente à questão da Bomba de Gasolina, no Cruzamento, avançou referindo que a mesma pertence à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcoutim, e que já foi estabelecida uma reunião conjunta, no sentido de ser encontrada uma solução, com a maior celeridade possível, dado que a situação “ *não é só uma má imagem como um enorme prejuízo para o concelho* ”, aguardando-se no momento uma avaliação, por parte da AHBVA. -----

----- De seguida referiu que, no passado dia 13 de novembro, encontrando-se de férias, foi contactado pela Edilidade, dado que tinha sido solicitado pelo Agrupamento dos Centros de Saúde (ACES) Sotavento uma viatura para transporte dos utentes da extensão do Centro de Saúde de Martim Longo, uma vez que as referidas instalações iriam sofrer obras de melhoramento. Nesse sentido, foi marcada uma reunião, com carácter de urgência, com os representantes do ACES, Dr.ª Conceição Cunha (Delegada de Saúde) e senhor Aníbal Cardeira (Presidente

da Junta de Freguesia de Martim Longo), com a intenção de “*manifestar o desagrado, pela forma como o executivo teve conhecimento do processo*”, dando nota de seguida os vários contatos/medidas que o senhor Vereador José Galrito teve que efetuar para resolver/sanar este problema, imprevisto para o executivo. Referiu também que, caso tivesse tido conhecimento mais cedo, “*teriam proposto / articulado*” uma solução melhor do “*aquela que foi arranjada*”, com as várias entidades envolvidas (Administração Regional de Saúde – ARS e Segurança Social), nomeadamente na mudança de instalações para o Edifício antigo. Desta situação “*pediram desculpas pelo ocorrido e disseram que o executivo tinha toda a razão, porque deviam ter, atempadamente, informado o mesmo. Contudo, referiram que tinham pressa, dado que a execução financeira daquela obra teria que estar terminada até ao final do ano*”. Para terminar referiu que, neste momento, os utentes estão a ser transportados para o Centro de Saúde de Alcoutim e que a pressa e possibilidade de virmos a utilizar o espaço anteriormente referido “*se esbateu e arrefeceu*”, devido aos operacionais de saúde se encontrarem de férias. Contudo, referiu que foi informado que o término da obra ocorreria antes do previsto, sendo que “*no mês de janeiro, garantidamente, segundo palavras do Dr. Tiago Monteiro da ARS, tudo estará a funcionar em pleno e dentro das condições que são exigidas*”. -----

----- Terminado este período, o senhor presidente da mesa deu conhecimento da ordem do dia e com o consentimento dos senhores vogais deu cumprimento aos assuntos nela incluída. -----

----- **PONTO UM – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO:** -----

----- Neste ponto, o senhor presidente da Câmara leu a sua intervenção, a qual se encontra arquivada em pasta anexa à presente ata, cujo texto foi previamente distribuído aos senhores vogais. -----

----- **PONTO DOIS – ORÇAMENTO DE GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2015:** Foram presentes os documentos em epígrafe, respeitantes ao exercício do ano de 2015. -----

----- Sobre este ponto, o senhor vogal Francisco Xavier, da Bancada do PS, interveio para referir que: *“Ao iniciar esta análise sobre a proposta de orçamento para o ano de 2015, constata-se com grande preocupação a diminuição drástica nas receitas de capital, que no ano de 2013 em comparação com o ano de 2012, já tinha tido uma diminuição de 1.242.131,52 euros, uma diferença enorme, sobretudo para um concelho tão necessitado como o nosso. Mas, como isso já não bastasse, do ano de 2013 para o ano de 2014, a diminuição foi de 703.337,00 e do ano de 2014 para o ano de 2015 1.117.634,00 euros. Tudo somado são 3.063.102,00 euros a menos, se comparado com o ano de 2012. Lembra-se que o orçamento global para o ano de 2014 foi de 13.285.477,00 euros, cujo valor 3.300.000,00 euros, referente a venda da estalagem era previsível que não fosse alienado, mais um outro valor de 686.394,00 referente a empréstimos a médio e longo prazo, que este orçamento para o ano de 2015 já não contempla, se juntarmos menos 1.117.634,00 euros da diminuição de receitas de capital, chegamos ao valor de 5.104.028,00 euros, menos. O orçamento global proposto para o ano de 2015 é de 8.088.591,00 euros, se acrescentássemos mais 5.104.028,00, igual à soma dos valores a mais incluídos no orçamento do ano de 2014, este orçamento ascenderia aos 13.192.615,00 euros. Isto serve para demonstrar que o orçamento para o ano de 2015 tem um valor igual ao do ano de 2014, com a vantagem de que assim recebe menos em capital 1.117.634,99 euros. Desta análise, o que sobressai e que importa relevar é que, na proposta de orçamento para o ano de 2015, o orçamento é o real e está de acordo com o que sempre dissemos, ao criticarmos os orçamentos anteriores por estarem “inflacionados com alguns valores fictícios” e não realizáveis como o tempo se encarregou de o demonstrar. Por outro lado, esse facto não impede de nele se consagrarem os aspetos mais importantes para um orçamento de um concelho como o nosso que importa relembrar: o apoio social, nomeadamente, às famílias, as crianças e jovens e o apoio à saúde, os serviços da terapia da fala, que abrange todo o concelho nas áreas escolares, as instituições, centro infantil e o centro de desenvolvimento cultural e social de Martim Longo; o serviço de fisioterapia com*

incidência nos idosos institucionalizados e restantes munícipes. A título de exemplo citamos os Centros Paroquiais de Vaqueiros e de Martim Longo e os Lares de idosos de Alcoutim e dos Balurcos. Na atribuição de 28 bolsas de estudo a alunos de ensino superior durante 10 meses. O incentivo à natalidade e apoio à família. O projeto Alcoutim ainda mais solidário. A realização da Feira da Perdiz com grande sucesso. O festival gastronómico que teve efeito de 8 a 30 de novembro com êxito. A participação na Feira de Artesanato em El Granado nos dias 24, 25 e 26 de outubro p.p. As marchas e as atividades culturais na casa dos Condes. Finalmente, as aulas em grupo, no âmbito da ginástica e nas aulas de natação, visando o combate à obesidade e à inércia, e o apoio às instituições sem fins lucrativos, etc. Mas, também não descurando todo um serviço de apoio aos munícipes através das mais variadas formas, assim como a importância devida às Juntas de Freguesia, através de verbas colocadas ao seu dispor, de acordo com as necessidades, fruto da vontade encontrada depois de um conjugação de esforços entre as Juntas de Freguesia e o executivo, é assim que se deve trabalhar para a dignificação daqueles que tudo fazem para melhorar as condições de vida dos munícipes do concelho e de todos aqueles que usufruem dessa qualidade de vida. Agora analisando o orçamento de uma forma mais detalhada, e resumidamente, diremos que os valores distribuídos pelas várias rúbricas deste orçamento, nos parecem equilibradas e de nenhum reparo especial, não deixando porém de verificar o aumento com o pessoal em cerca de 176.385,00 euros, relativamente ao ano de 2014. Já no que se refere aos valores atribuídos às instituições sem fins lucrativos, verificamos uma queda acentuada nas despesas, que queremos acreditar serem as mais adequadas. Não podemos de deixar a nossa preocupação relativamente às receitas de capital que caíram drasticamente e gostaríamos de perceber o porquê desta queda tão acentuada, sobretudo quando o concelho está ainda carenciado de infraestruturas e para as quais as receitas de capital são muito importantes. Finalmente, queremos realçar o orçamento participativo, começando por tecer os mais rasgados elogios a este executivo, por ter iniciado e dinamizado este processo com sucesso, que teve a adesão de muitos munícipes

*deste concelho, e objetivou dados muito positivos, um sinal de que os nossos concidadãos estão atentos e disponíveis para corresponder aos desafios que lhes são propostos. Para a primeira vez foi ótimo, mas certamente haverá alguns aspetos que poderão ainda ser melhorados no futuro. Terminámos esta intervenção, esperando, que todos compreendam as difíceis tarefas que temos pela frente, e as restrições que nos são impostas em nome da situação económica difícil que temos enfrentado desde 2011 a esta parte, e que usem o vosso voto aprovando este orçamento que a nosso ver é um orçamento realista e bem estruturado”. -----*

----- O senhor vogal Anselmo Vicente, da Bancada do PSD, interveio para referir que relativamente ao documento entregue e em discussão *“nada tem a ver com o apresentado há um ano atrás, em que foi adjetivado por um orçamento arrojado”*, no entanto, *“teremos oportunidade de discutir quando nos forem apresentadas as contas, no mês de abril”*. Continuou referindo que, em termos reais, não existe correspondência entre as necessidades e o orçamento propriamente dito, ou sejam as pretensões e os respetivos valores que lhes estão anexados/imputados, bem como que o plano de atividades e orçamento *“de um ano para o outro”* teve uma queda na ordem dos 40%. Deu nota ainda que da análise feita ao documento, sobressai a ideia da preocupação permanente do executivo em cumprir o percentual em termos de determinações legais, de índice percentual da execução *“deste orçamento”*, tendo sido apresentado um plano de atividades que respeita integralmente aquilo que está determinado em termos legais, todavia os números apresentados *“são evidentes”*, dando como exemplo as remunerações que a Edilidade suporta durante o ano, acrescidas das respetivas contribuições, bem como as despesas de funcionamento, com a percentagem de 67%. De seguida frisou que as receitas do Fundo Equilíbrio Financeiro (FEF), quer sejam receitas de capital ou correntes correspondem a 72% das receitas totais. -----  
Findou referindo que considera que o documento apresentado não evidencia rumo, tem falta de objetividade, estratégia, leitura real das necessidades do concelho, inconformismo total por parte do executivo, cujas consequências são efetivamente mais pobre e despovoado. -----



----- O senhor vogal Abílio da Encarnação, da Bancada do PSD, usou da palavra para referir que este é um documento importante para o concelho de Alcútem, porém, não falará em números, despesas de capital/correntes, rubricas com dotações de € 50,00 (cinquenta euros), etc, *“deixo esta matéria para os colegas que todos os anos se mostram ser especialistas”*. Continuou referindo que não comentará o orçamento participativo, no entanto, *“alerta para onde se propõe fazer um parque de merendas, junto a uma estação de tratamento de esgotos, em Vaqueiros?”*. De seguida referiu que *“gostava de ter encontrado um sonho no plano de atividades, pequeno ou grande, importante para os sonhadores, coisa sem importância para outros”*, dado que, *“foi sonhando que o Castelo ficou mais bonito, que se fez a Praia Fluvial, a Casa dos Condes, a Escola de Martim Longo, as Piscinas, o Pavilhão, o restauro da Estalagem, etc”*. Finalizou mencionando novamente que *“não encontra nenhum sonho neste plano de atividades e havia condições para sonhar”*. -----

----- O senhor vogal Epifânio Vicente, da Bancada do PSD, interveio para frisar que em relação ao documento *“não é muito entendido na matéria e digamos que vou ser pragmático”*, dando nota de seguida que considera importante vir mencionado, no próximo ano no orçamento *“uma verba de ajuda à fixação de casais no concelho”*, tendo em conta o envelhecimento do mesmo, embora considere que a Autarquia e demais instituições/entidades promovam políticas de revitalização. -----

----- O senhor vogal Eng.º Luís Carneira, da Bancada do PSD, usou da palavra para frisar que *“o homem sonha, a obra nasce”*, e nesse sentido gostaria de solicitar a opinião dos vogais de bancada do PSD, PS e executivo permanente sobre *“ admitindo que tínhamos uma receita de mais de € 5.000.000,00 (cinco milhões de euros), o que faziam a nível de projetos, obras para mobilizar o nosso concelho”*. -----

----- O senhor vogal Eng.º Aurélio Teixeira, da Bancada do PS, interveio para mencionar que o estudo financeiro que *“fez”* ao orçamento prevê um saldo na ordem dos € 9.000.000,00 (nove milhões de euros), incorporando o saldo do ano

anterior, e que o documento apresentado não tem comparação possível com os documentos de anos anteriores. Adiantou de seguida que se revê neste orçamento, pelo facto do mesmo apresentar valores reais, *“pois é o dinheiro que temos, e, temos que saber viver com ele, é claro que € 2.000.000,00 (dois milhões de euros) para despesas de capital é pouco, não podemos fazer muita coisa, temos é que encontrar maneira de diminuírem as despesas correntes, porque se não vai ser complicado concretizar os sonhos”*, que o senhor vogal Abílio da Encarnação abordou na sua intervenção. Mencionou igualmente que os *“sonhos”* anteriormente falados/abordados foram realizados durante 20 (vinte) anos, *“pois os tempos eram outros, sendo da opinião que o concelho tem rumo, não tem é dinheiro”*. Continuou a sua intervenção, comparando o orçamento apresentado com anos anteriores, no que concerne a valores com transferências de capital corrente, despesas com o pessoal, rubrica de € 50,00 (cinquenta euros), etc., e que considera importante que *“em anos vindouros”* conste no documento/orçamento uma obra e/ou projeto, por ano civil, tentando-se financiamento para a sua execução, sendo que votou favoravelmente a construção do Lar de Martim Longo, *“e ao pensar o que aquilo vai custar à Autarquia até arrepia, um concelho como o nosso não pode fazer obras daquela envergadura sem cofinanciamento”*. Findou referindo que *“exige”* perante os valores apresentados, uma execução próxima dos 100 %, *“pois não podemos ter um orçamento de € 8.000.000,00 (oito milhões de euros) e depois acontecer termos execuções de 50%, que era normal cá em casa, por isso prefiro trabalhar com valores baixos, mas reais do que estar a gastar o meu tempo e as minhas pestanas a ler documentos que eram uma autêntica mentira”*. -----

----- O senhor vogal Anselmo Vicente, da Bancada do PSD, interveio para frisar que: *“ Eu penso que estes documentos são documentos deveras importantes e que podem delinear a estratégia ou a falta dela, e merecem toda a nossa discussão e aprofundamento, qualquer documento é comparado ao anterior ou perspectivado no ano seguinte. Agora, aquilo que nós devemos ter independentemente das divergências políticas, que nos separam ou que nos*

*obrigam a separar ou as convicções que nós temos, eu penso que devemos ter todos o maior respeito para todos e para cada um, para os que passaram, para os que estão e para aqueles que hão-de vir. Muitas das vezes para fazer desvalorizar aquilo que somos não devíamos denegrir a imagem dos outros ou colocar em causa aquilo que os outros fizeram, aquilo que os outros efetivamente fizeram à vista de todos, logicamente não houve perfeição, não há perfeição neste executivo, não haverá perfeição no executivo próximo, agora há dados, há obras, há substância, que nós devemos bater palmas ao executivo anterior, ao outro que o antecedeu, e eu o farei com toda a humildade, a este se for capaz de o fazer, agora olho para este plano de atividades e orçamento e vejo sinceramente, isto é apenas uma mera gestão administrativa”.* -----

----- O senhor vogal Eng.º Luís Carneira, da Bancada do PSD, usou da palavra para mencionar que gostava que *“ficasse em ata que nenhum membro do órgão da Câmara e Assembleia Municipal mostrou disponibilidade para responder à questão por si apresentada”.* -----

----- Posto o assunto à votação, a Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com 5 (cinco) votos contra dos senhores vogais Dr. Paulo Pina, Abílio da Encarnação, Anselmo Vicente, José Rosa Pereira, Jacinto Camarada Gonçalves; 2 (duas) abstenções de Epifânio Vicente Correia e Avelino Carneira, da Bancada do PSD e 11 (onze) votos a favor, aprovar os documentos em epígrafe. -----

----- O senhor vogal Eng.º Luís Carneira, da Bancada do PSD não participou na votação, por se encontrar ausente da sala. -----

----- Mais certifico que a presente deliberação foi aprovada em minuta no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **PONTO TRÊS – AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA CÂMARA MUNICIPAL:** Foi presente uma proposta do senhor presidente de Câmara, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar: 1) Para efeitos do previsto na alínea c) do

n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, emitir autorização prévia genérica à Assunção de Compromissos Plurianuais, nos seguintes casos: a) resultem de projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano; b) os seus encargos não excedam o limite de € 99.759,58 (noventa e nove mil setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos. 2) A Assunção de Compromissos Plurianuais a coberto da autorização prévia concedida nos termos do número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na LCPA e cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas, sem prejuízo do previsto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho. 3) Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida. 4) O regime previsto na presente deliberação aplica-se a todas as Assunções de Compromissos, desde que respeitadas as condições constantes dos pontos 1 e 2, já assumidas, a assumir ou que produzam efeitos a partir de 01 de janeiro de 2015. --  
----- Posto o assunto, à votação a Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, conceder autorização prévia. -----  
----- Mais certifico que a presente deliberação foi aprovada em minuta no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----  
----- **PONTO QUARTO – TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM - 2015:**  
Foi presente uma proposta do senhor presidente de Câmara, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar aprovar e submeter à Assembleia Municipal a Taxa Municipal de Direitos de Passagem fixada no percentual de 0,00%, para o ano de 2015. -----  
----- Posto o assunto, à votação a Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Mais certifico que a presente deliberação foi aprovada em minuta no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **PONTO QUINTO – RENOVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS:** Foi presente uma proposta do senhor vice-presidente de Câmara, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar no sentido de solicitar à Assembleia Municipal a renovação de autorização de abertura dos procedimentos concursais comuns para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para ocupação dos seguintes postos de trabalho: Referência A – Um Técnico Superior (Engenharia Florestal); Referência B - Um Assistente Operacional (Motorista de Transportes Coletivos de Pessoas/Crianças); Referência C – Um Assistente Operacional (Condutor de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais), cujo aviso de concurso com o n.º 10910/2014 foi publicado na II Série do Diário da República, n.º 188, 30 de setembro de 2014, de forma a concluir os procedimentos referências A e B e para que se possa dar início a novo procedimento para preenchimento do posto de trabalho referência C. -----

----- O senhor vogal Eng.º Aurélio Teixeira, da Bancada do PS, interveio para solicitar esclarecimentos sobre o assunto, tendo o senhor Presidente da Câmara, Osvaldo Gonçalves, usado da palavra para explicar que a matéria em questão encontra-se novamente em discussão, dado que os procedimentos concursais em execução encontram-se ainda por assegurar um conjunto de formalidades legais, nomeadamente concluir os procedimentos (referência A e B), e iniciar novo procedimento (referência C), devido ao mesmo ter ficado deserto. -----

----- Posto o assunto, à votação à Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Mais certifico que a presente deliberação foi aprovada em minuta no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **PONTO SEXTO – REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO A ESTRATOS DESFAVORECIDOS – CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO:** Foi presente uma informação do Gabinete de Ação Social, Saúde e Educação n.º 43/2014, da Divisão Administrativa e Financeira, Cultura e Desporto, a qual fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, com vista à constituição de Comissão, nomeadamente designação de 2 (dois) elementos da Assembleia Municipal, para reformulação do regulamento em epígrafe. -----

----- O presidente da Mesa, Dr. António Amorim, interveio para propor a designação de 1 (um) elemento de cada bancada, proposta aceite em uníssono. -----

----- Posto o assunto, à votação à Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, designar os senhores vogais Epifânio Vicente Soares Correia, da Bancada do PSD e Nuno Teixeira Rodrigues, da Bancada do PS, para integrar a referida Comissão, para reformulação do Regulamento Municipal. -----

----- Mais certifico que a presente deliberação foi aprovada em minuta no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **Intervenção do Público:** Foram abertas as inscrições do público, e não foi efetuada nenhuma intervenção. -----

----- E, nada mais havendo a tratar, o senhor presidente da mesa deu por encerrada a sessão, por volta das dezoito horas e quarenta e cinco minutos, mandando lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da Lei. -----

O Presidente

  
\_\_\_\_\_  
(António da Costa Amorim)

A Secretária

\_\_\_\_\_  
(Isabel Martins Domingos Campos)